
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2020
(AMPLA PARTICIPAÇÃO)

PROCESSO Nº HMMG.2020.00000123-20

OFERTA DE COMPRA Nº 824410801002020oc00038

OBJETO: Contratação de Empresa para prestação de serviços de locação de lavadora ultrassônica para as unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar com fornecimento de detergente enzimático, materiais de suporte e insumos incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva conforme especificações definidas neste Edital e seus anexos.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço

INTERESSADO: Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 14.218/03, com suas alterações, Lei Complementar 123/06, Decreto Municipal nº 16.187/08, Decreto Municipal nº 14.356/03 Resolução nº 003/2017 da Rede Mário Gatti publicada no Diário Oficial do Município de Campinas em 24/02/2017, Lei Complementar Municipal nº 191/18 e demais normas regulamentares aplicáveis e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

A Rede Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar, autarquia municipal, criada pela Lei Complementar nº 191/18 representada pelo seu Diretor Administrativo, torna público que se acha aberta, nesta unidade, situada a Avenida Prefeito Faria Lima nº 340, Parque Itália, Campinas/SP, licitação na modalidade **Pregão**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **Pregão Eletrônico**, objetivando contratação de Empresa para prestação de serviços de locação de lavadora ultrassônica para as unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar com fornecimento de detergente enzimático, materiais de suporte e insumos incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva conforme especificações definidas neste Edital e seus anexos.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos que seguem:

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS

| Item | Horário/Data |
|------|--------------------------------------|
| 01 | A partir das 08h00 do dia 17/09/2020 |

INÍCIO DA SESSÃO

| Item | Horário/Data |
|------|--------------------------------------|
| 01 | A partir das 09h00 do dia 29/09/2020 |

Local: Sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP no sitio: www.bec.sp.gov.br;

Pregoeiro responsável **Rogério Lazzarini de Oliveira** e **Equipe de Apoio** em nome de **Cibele Zumerle Peres** ambos nomeados pela Portaria nº 031/2020 publicada em 10/06/2020 no Diário Oficial do Município de Campinas/SP;

1. DO OBJETO, PRAZO DE VIGÊNCIA E VALOR ESTIMADO

1.1 O presente pregão eletrônico tem por objeto contratação de Empresa para prestação de serviços de locação de lavadora ultrassônica para as unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar com fornecimento de detergente enzimático, materiais de suporte e insumos incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva de acordo com os regramentos, especificações e quantitativos constantes do Anexo I – Termo de Referência;

1.2 Valor total estimado R\$ 264.400,00 (Duzentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos reais);

1.3 A despesa referente ao valor da presente contratação está previamente empenhada e processada por conta de verba própria do orçamento vigente, codificada sob os nº 3.3.90.39.00.00.00.00 0001.310000 e 3.90.30.00.00.00.00 0001.310000.

1.4 O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com fundamento no artigo 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

2 PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Rede Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar que estejam registrados no CAUFESP, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro;

2.1.1 O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP;

2.1.2 O registro no CAUFESP é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no Cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br;

2.2 Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

2.2.1 Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir na previsão do parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

2.2.2 Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.2.3 Que possuam vínculo, a que título for, com servidor público municipal de Campinas/SP, com a autoridade competente, com o Pregoeiro, com o subscritor do edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993 conforme modelo contido no Anexo III – Modelo de Declarações;

2.2.4 Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.5 Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.6 Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;

2.2.7 Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

2.2.8 Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

2.2.9 Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

2.2.10 Empresas temporariamente suspensas e impedidas de licitar ou contratar com a Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar;

2.2.11 Empresas com falência decretada;

2.3 Inexistência de fato impeditivo à participação. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos ao Pregão Eletrônico;

2.4 Uso do sistema BEC/SP. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico www.bec.sp.gov.br (opção "CAUFESP"), conforme Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006;

2.5 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico;

2.6 O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame;

2.7 Direito de preferência. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 5.6 (empate ficto), bem como para a fruição do benefício de habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista previsto no subitem 5.9.6 (comprovação de regularidade fiscal), a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP, sem prejuízo do disposto nos subitens 4.1.4.3 a 4.1.4.4 deste Edital;

3 PROPOSTAS

3.1 As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br na opção "PREGAO-ENTREGAR PROPOSTA", desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital;

3.1.1 A especificação encontrada na BEC/SIAFÍSICO não foi alterada, caso haja alguma divergência entre essa especificação e a real necessidade da Rede Mário Gatti, deverá ser considerado o descritivo e especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência;

3.2 O **preço global** da contratação de Empresa de locação com fornecimento de detergente enzimático, materiais e insumos incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva para 12 (doze) meses será ofertado no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte;

3.2.1 As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos;

3.2.2 Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital;

3.2.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro;

3.2.3.1 Caso venha a ser Contratada, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na situação descrita no subitem 3.2.3 deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado a contratação, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo;

3.2.3.2 Se a Contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem 3.2.3.1, caberá ao ente público Contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

3.3 Reajuste. O reajuste de preços será efetuado em conformidade com o Termo de Contrato, cuja minuta constitui o Anexo V deste Edital.

3.4 Validade da proposta. Na ausência de indicação expressa em sentido contrário no **Anexo II**, o prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua apresentação podendo ser prorrogado com anuência prévia do Licitante;

3.5 Para julgamento será adotado o critério de **menor valor global** desde que observadas condições definidas neste Edital e seus anexos;

4 HABILITAÇÃO

4.1 O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

4.1.1 Habilitação jurídica

4.1.1.1 Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI;

4.1.1.2 Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social atualizado e registrado na Junta Comercial em se tratando de Sociedade Empresária;

4.1.1.3 Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de Sociedades Empresárias;

4.1.1.4 Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de Sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

4.1.1.5 Decreto de autorização, tratando-se de Sociedade Empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.1.1.6 Registro no Ministério da Saúde;

4.1.2 Regularidade fiscal e trabalhista

4.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ);

4.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

4.1.2.3 Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);

4.1.2.4 Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);

4.1.2.5 Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.2.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser comprovada pela apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (correspondente a Tributos Mobiliários) expedida pelo Município em que o estabelecimento estiver situado;

4.1.2.6.1 Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

4.1.3 Qualificação econômico-financeira

4.1.3.1 De forma a demonstrar a prova de Qualificação Econômico-Financeira, as Licitantes deverão apresentar Certidão negativa de falência expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual, com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento;

4.1.3.1.1 Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada no subitem anterior deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente;

4.1.3.1.2 Em se tratando de licitante em recuperação judicial, esta deverá apresentar o Plano de Recuperação homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira do Edital;

4.1.3.2 Comprovação de patrimônio líquido por meio de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social assinado por bacharel ou técnico em Ciências Contábil, devidamente habilitado, constando nome completo e registro profissional sendo vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta;

4.1.3.2.1 No caso de Empresa constituída há menos de 01 (um) ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

4.1.3.2.2 As sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicadas, de acordo com a legislação pertinente;

4.1.4 Declarações e outras comprovações

4.1.4.1 Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo III, atestando que:

4.1.4.1.1 Se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;

4.1.4.1.2 Não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do subitem 2.2 deste Edital;

4.1.4.2 Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo III, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014;

4.1.4.3 Em se tratando de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo III, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal;

4.1.4.4 Comprovação da condição de ME ou EPP. Sem prejuízo das declarações exigidas no subitem 4.1.4.3 e admitida indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte será comprovada da seguinte forma:

4.1.4.4.1 Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;

4.1.4.4.2 Se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

4.1.4.5 Cópia da Autorização de Funcionamento junto a ANVISA ou Alvará Sanitário Municipal em vigência;

4.1.4.6 Caso o fornecedor seja varejista deverá apresentar os documentos citados, referente à Empresa fabricante;

4.1.4.7 Cópia do Certificado de Registro do Produto com a publicação no Diário Oficial da União ou cópia da solicitação de revalidação;

4.1.4.8 Certificado de Registro do Produto com publicação em Diário Oficial da União ou cópia da solicitação de revalidação;

4.1.4.9 Ficha técnica;

4.1.4.10 Cópia da Autorização de Funcionamento junto a ANVISA ou Alvará Sanitário Municipal em vigência.

4.1.4.11 Laudos:

4.1.4.11.1 Laudo das atividades enzimáticas e sua concentração;

4.1.4.11.2 Laudo de estabilidade das enzimas;

4.1.4.11.3 Laudo de pH do produto;

4.1.4.12 Catálogo e manuais de operação em português que comprovem o atendimento às especificações técnicas;

4.1.5 Qualificação técnica

4.1.5.1 A Licitante deverá apresentar juntamente com a documentação de habilitação, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a aptidão da Licitante para o desempenho satisfatório do objeto deste Edital;

4.1.5.1.1 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome, o cargo do signatário e telefone para contato;

4.1.5.2 Catálogos que comprovem o atendimento as especificações técnicas mínimas;

4.2 Disposições gerais sobre os documentos de habilitação

4.2.1 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Rede Mário Gatti aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente posteriores à data de emissão da referida certidão;

4.2.2 O Pregoeiro, ao seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no subitem 4.1.4 deste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica (caso exigido nos subitens 4.1.3 e 4.1.5), aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes;

4.2.3 O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal ou trabalhista seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da Lei;

4.2.4 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, por *e-mail*, por publicação em órgão de imprensa oficial ou ainda extraído via *internet* quando o caso, sujeitos à consulta;

5 SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

5.1 Abertura das propostas. No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços;

5.2 Análise. A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente;

5.2.1 Serão desclassificadas/inabilitadas as propostas e/ou lances que:

- 5.2.1.1** Cujo objeto não atenda à legislação aplicável, especificações, prazos e condições fixados neste Edital e seus anexos;
- 5.2.1.2** Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- 5.2.1.3** Apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do subitem 2.2 deste Edital;
- 5.2.1.4** Que apresentem preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;
- 5.2.1.5** Formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório;
- 5.2.1.6** Forem omissas ou vagas bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- 5.2.1.7** Impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- 5.2.1.8** Apresentarem informações inverídicas;
- 5.2.1.9** Apresentarem documentos ilegíveis de modo a impedir a comprovação das informações a que se destinam;
- 5.2.1.10** Deixarem de responder às diligências, quando solicitadas e dentro do prazo estabelecido;
- 5.2.1.11** Apresentarem características em desacordo com as solicitadas no Anexo I – Termo de Referência;
- 5.2.1.12** Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- 5.2.1.13** Deixarem de apresentar os documentos exigidos no item 4 deste Edital;
- 5.2.1.14** Substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;
- 5.2.1.15** Mesclagem de documentos de Regularidade Fiscal exceto prova de Regularidade com a Fazenda Federal, documentação relativa ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- 5.2.1.16** Não cumprimento dos requisitos de habilitação;
- 5.2.1.17** Não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido;

5.2.2 Serão desclassificados os lances finais e, na inexistência de lances, as propostas finais que apresentarem preços excessivos, ou seja, superiores aos valores unitários pesquisados pela Rede Municipal Dr. Mário Gatti;

5.2.3 A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 43, §3º, da Lei Federal nº 8.666/1993;

5.2.4 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes;

5.2.5 O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto;

5.2.6 Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal e certidão negativa de falência, se outro prazo não constar de Ato Normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 180 (cento e oitenta) dias entre a data de sua expedição e a data para entrega dos envelopes, exceto em relação aos subitens 4.1.2.1 e 4.1.2.2;

5.2.7 A licitante deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar o Contrato;

5.2.8 É vedada a mesclagem de documentos de regularidade fiscal e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal, para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), para com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

5.3 Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas;

5.4 Lances. Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas;

5.4.1 Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor;

5.4.2 A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos;

5.4.2.1 A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período de que trata o subitem 5.4.2 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática;

5.4.2.2 Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item;

5.4.2.3 A duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação;

5.4.3 No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

5.4.3.1 Dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

5.4.3.2 Do tempo restante para o encerramento da etapa de lances;

5.4.4 A etapa de lances será considerada encerrada findos os períodos de duração indicados no subitem 5.4.2;

5.5 Classificação. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante;

5.5.1 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro **convocará** o licitante a **enviar documento digital** com prazo razoável estabelecido pelo Pregoeiro no ato da solicitação sob pena de não aceitação da proposta e posteriormente – quando necessário e requerido - o licitante deverá enviar para o setor de Pregão da Rede Mário Gatti situado à Avenida Prefeito Faria Lima, nº. 340, térreo (Complexo Administrativo Procurador René Penna Chaves Filho), CEP: 13036-902, Parque Itália, em Campinas/SP, nos horários das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, **com recebimento neste departamento até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao da realização da sessão**, sob condições de habilitação previstas no subitem 4.1 do Edital, bem como sua proposta escrita contendo a descrição clara e completa do objeto ofertado mencionando a marca e os preços finais (unitário e total) para o item com até 04 (quatro) casas decimais;

5.6 Empate ficto. Com base na classificação a que alude o subitem 5.5, será assegurada às licitantes Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que preencham as condições estabelecidas na Lei Complementar 123/06, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

5.6.1 A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que preencha as condições estabelecidas na Lei Complementar 123/06, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro para que apresente preço inferior ao da melhor classificada no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio;

5.6.2 Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais Microempresas e Empresas de Pequeno porte que preencham as condições estabelecidas na Lei Complementar 123/06, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 5.6.1;

5.6.3 Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 5.5, seja Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que preencha as condições estabelecidas na Lei Complementar 123/06, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço;

5.7 Negociação. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço;

5.8 Aceitabilidade. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito;

5.8.1 A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pela Rede Mário Gatti que está juntada aos autos por ocasião do julgamento;

5.8.2 Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado;

5.8.3 Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do **Anexo II** deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame;

5.8.4 Amostras. A Empresa licitante vencedora deverá fornecer amostra do item 03 constante no Anexo I – Termo de Referência no prazo máximo de 03 (três) dias úteis e quantidades suficientes para que sejam realizados os devidos testes;

5.8.4.1 As amostras deverão vir na embalagem padrão de comercialização, identificadas com o número da licitação e nome do fornecedor de forma a não violar a embalagem original e não obstruir a visibilidade do produto;

5.8.4.2 Devem vir acompanhadas de número de registro do produto na ANVISA; rótulo de acordo com a legislação vigente, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, razão social e endereço do fabricante e importador, nome do responsável técnico, conter instruções de uso em português, condições especiais de armazenamento, quando couber, advertências e precauções, prazo de validade e método de esterilização;

5.8.4.3 O local de entrega das amostras deverá ser feito no 1º andar do Complexo Administrativo da Rede Mário Gatti localizado na Avenida Amoreiras, nº 233, das 08h00 às 16h00hs;

5.8.4.4 Caso solicitado pela Contratante é obrigatório o envio de até 03 (três) unidades de amostra dos insumos cotados para avaliação;

5.8.4.5 O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes os esclarecimentos que julgar necessários;

5.8.5 A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do Anexo II;

5.8.6 Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir as obrigações estabelecidas nos subitens 5.8.3 e 5.8.4, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro;

5.9 Exame das condições de habilitação. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

5.9.1 Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital;

5.9.2 Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

5.9.3 A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente no campo próprio do Sistema BEC/SP ou por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida a decisão sobre a habilitação;

5.9.3.1 A apresentação da **documentação requerida** no item 4 **é obrigatória e deverá ocorrer quando do cadastramento no CAUFESP;**

5.9.3.2 O previsto no subitem 5.9.3 não exime a Licitante da obrigatoriedade aludida no subitem 5.9.3.1;

5.9.4 A Rede Mário Gatti não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere o subitem 5.9.2, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere o subitem 5.9.3, ambas deste subitem 5.9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nos subitens 5.9.2 e 5.9.3, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

5.9.5 Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos enviados na forma constante do subitem 5.9.3 deverão ser apresentados no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, em até 03 (três) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis;

5.9.5.1 Os documentos poderão ser apresentados mediante publicação em órgão da imprensa oficial, ou por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração; ou

5.9.5.2 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel;

5.9.6 A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que preencham as condições estabelecidas na Lei Complementar 123/06 será exigida apenas para efeito de celebração da contratação. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento;

5.9.6.1 A prerrogativa tratada no subitem 5.9.6 abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista do licitante enquadrado como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que preencha as condições estabelecidas na Lei Complementar 123/06, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste subitem 5.9;

5.9.7 Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital e seus anexos, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame;

5.9.8 Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* eletrônico a nova data e horário para sua continuidade;

5.9.9 Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico;

5.10 Regularidade fiscal e trabalhista de ME e EPP. A licitante habilitada nas condições do subitem 5.9.6 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Rede Mário Gatti;

5.11 Ocorrendo a habilitação na forma indicada no subitem 5.9.6 a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem 5.10 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista;

5.12 Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o subitem 5.10, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação;

5.13 Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 5.5, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor;

5.14 O parecer técnico será realizado pela **Coordenadoria da Central de Abastecimento juntamente com a Central de Materiais Esterilizados – CME e Engenharia Clínica da Rede Mário Gatti** ou pessoa designada por estas;

6 RECURSO, HOMOLOGAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

6.1 Recursos. Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos subitens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema;

6.2 Havendo intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro informará aos recorrentes que deverão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado pela Rede Mário Gatti;

6.3 Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio www.bec.sp.gov.br, opção “RECURSO”. A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no subitem 6.2;

6.4 A falta de interposição do recurso na forma prevista no subitem 6.1 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro declarar o vencedor do certame na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório;

6.5 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

6.6 Homologação. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório;

6.7 Adjudicação. A adjudicação será feita considerando a totalidade do objeto;

6.8 Convocação para assinatura do Contrato. A licitante vencedora será convocada para assinar o Contrato, respeitadas as especificidades ofertadas e a ordem de classificação do certame;

6.8.1 A licitante vencedora deverá imprimir e assinar o Contrato, encaminhada e devolvê-la à Rede Mário Gatti aos cuidados da Coordenadoria de Procedimentos Legais, sito a Avenida Prefeito Faria Lima, 340, Parque Itália, Campinas/SP, CEP: 13036-902, nos termos expressos abaixo:

6.8.1.1 Pessoalmente, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos, contados da data do envio do correio eletrônico (*e-mail*);

6.8.1.2 Via Correio, por SEDEX, ocorrendo à postagem, obrigatoriamente, o prazo máximo de até 03 (três) dias corridos, contados da data do envio do correio eletrônico (*e-mail*), encaminhando neste caso, correio eletrônico para o endereço juridico.formalizacao@hmmg.sp.gov.br informando a data, hora e o número da postagem, para fins da rastreabilidade, se necessário;

6.8.1.3 Para assinatura do Contrato é obrigatória a comprovação da qualidade de representante legal da Empresa e, na hipótese de não constar nos autos referida comprovação, deverá a Empresa licitante enviar procuração pública ou particular com reconhecimento de firma em que constem poderes para assinatura em nome da Empresa, no ato do envio do Contrato assinado, nos termos do subitem anterior;

6.8.1.4 O período de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data do Termo de Aceite Definitivo emitido pela Coordenadoria da Central de Abastecimento juntamente com a Central de Materiais Esterilizados – CME e Engenharia Clínica da Rede Mário Gatti podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com fundamento no artigo 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

6.8.2 A Rede Mário Gatti poderá revogar a licitação por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade caso constatada, de ofício ou por provocação de terceiros;

6.8.3 No interesse da Rede Mário Gatti, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

6.8.3.1 Adiada a abertura desta licitação e/ou;

6.8.3.2 Alterado o Edital e seus anexos, com fixação de novo prazo para a realização da licitação;

7 DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 Desconexão. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema;

7.2 Efeitos. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

7.2.1 Fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;

7.2.2 Durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital;

7.2.3 A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame;

8 PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 Remissão ao Termo de Referência. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes do **Termo de Referência**, que constitui **Anexo I** deste Edital, correndo por conta da Contratada as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato;

9 RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 Remissão ao contrato. As condições de recebimento do objeto são aquelas definidas pelo Termo de Contrato, cuja minuta constitui o Anexo V deste Edital;

9.2 DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

9.2.1 A Rede Mário Gatti, por meio da área solicitante, doravante denominado Gerenciador, fiscalizará o fornecimento a qualquer instante, solicitando sempre que achar conveniente, informações que considere importantes à licitante, do seu andamento, devendo comunicá-la de qualquer fato ou anormalidade que possam prejudicar o bom andamento e sempre buscando a melhor adequação aos resultados pretendidos para a consecução das condições previstas neste Edital e seus anexos;

9.2.2 É assegurado ao Gerenciador o direito de verificar, em qualquer tempo, a perfeita execução deste ajuste, sendo que sua eventual falta não eximirá a licitante de total responsabilidade de executar bem e fielmente o fornecimento do objeto desta licitação;

10 PAGAMENTOS E REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 Os pagamentos e o reajuste de preços serão efetuados em conformidade com o item 6 do Anexo I e Termo de Contrato cuja minuta constitui o Anexo V deste Edital;

10.2 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá 10 (dez) dias fora dezoena após a data de sua apresentação válida;

10.2.1 A devolução da fatura não aprovada pela Rede Mário Gatti, em hipótese nenhuma servirá de pretexto para que a Empresa detentora do Contrato suspenda a execução dos serviços;

11 CONTRATAÇÕES

11.1 Celebração. A contratação decorrente do certame licitatório será formalizada mediante a assinatura do Termo de Contrato cuja minuta constitui o Anexo V deste Edital;

11.1.1 Se, por ocasião da celebração do Contrato algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a Rede Mário Gatti verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

11.1.2 Se não for possível atualizar os documentos aludidos no subitem 11.1.1 por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar;

11.1.3 Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008;

11.1.4 Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no subitem 2.2 deste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:

11.1.4.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

11.1.4.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992);

11.2 Em ocorrendo hipótese de fusão, cisão ou incorporação da Empresa Contratada, é permitida a sucessão contratual pela Empresa incorporadora, ou pela nova Empresa criada através da fusão ou cisão, desde que atendidos os requisitos documentais para habilitação no certame, após autorização da Diretoria da Rede Mário Gatti;

11.3 A adjudicatária deverá no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, assinar o Termo de Contrato;

11.4 O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Rede Mário Gatti;

11.5 Celebração frustrada. As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova negociação obedecendo a sua ordem de classificação na sessão pública do pregão, com vistas à celebração do Contrato, quando a adjudicatária;

11.6 Deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes do subitem 5.10, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto no subitem 5.9.5;

11.7 For convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam os subitens 11.1.1 a 11.1.4 deste Edital;

11.8 Recusar-se a assinar o Contrato ou não comparecer/entregar no prazo, horário e/ou local indicados para a sua assinatura;

11.9 For proibida de participar desta licitação, nos termos do subitem 2.2 deste Edital;

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Impedimento de licitar e contratar. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber;

12.2 Multas e registros. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no **Anexo IV** deste Edital, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>;

12.3 Autonomia. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra;

12.4 Descontos. O Contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no Termo de Contrato;

12.5 Conformidade com o marco legal anticorrupção. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução da contratação, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

13 GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1 Para firmar o Contrato, a Empresa Contratada prestará garantia de adimplemento contratual de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias da assinatura do Contrato;

13.2 A garantia de que trata o subitem anterior poderá consistir em:

13.2.1 Caução em dinheiro ou cheque administrativo ou títulos da dívida pública;

13.2.2 Seguro-garantia, com prazo compatível com o da vigência do Contrato ou;

13.2.3 Fiança bancária, com prazo compatível com o da vigência do Contrato;

13.3 Após o término do Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia de que trata este item 13 será liberada e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do requerimento do interessado, por intermédio do serviço de Protocolo, dirigido ao Diretor-Presidente da Rede Mário Gatti que deverá se manifestar quanto à execução contratual e encaminhar à Diretoria Jurídica;

13.3.1 A liberação se dará mediante autorização do Diretor Presidente da Rede Mário Gatti, após parecer da Diretoria Jurídica;

14 IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

14.1 Forma. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, encontrado na opção “EDITAL”. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

14.2 Decisão. As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública;

14.2.1 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso;

14.2.2 As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado;

14.3 Aceitação tácita. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência;

15 DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Interpretação. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação;

15.2 Omissões. Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pela Coordenadoria de Compras Eletrônicas, da Secretaria da Fazenda e Planejamento;

15.3 Atas das Sessões. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso IX, do Regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio;

15.4 Sigilo dos licitantes. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

15.4.1 Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

15.4.2 Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;

15.5 Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Rede Mário Gatti, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas;

15.6 A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço";

15.7 Saneamento de erros e falhas. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

15.7.1 As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão;

15.7.2 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

15.8 Publicidade. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Município de Campinas/SP no endereço www.campinas.sp.gov.br, no site da “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP no endereço www.bec.sp.gov.br, opção “PREGÃO ELETRÔNICO” e no site da Rede Mário Gatti no endereço www.hmmg.sp.gov.br/licitacoes;

15.9 Prazos. Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente;

15.10 A Rede Dr. Mário Gatti se reserva no direito de solicitar através de diligência para atendimento em 03 (três) dias úteis, esclarecimentos ou complemento de instrução do processo, sob pena de desclassificação do licitante pelo não cumprimento;

15.11 Serão considerados os documentos recebidos via e-mail ao Pregoeiro, pessoalmente, via Correios ou por petição entregue na área de Licitações desta Rede Mário Gatti, durante o período de expediente administrativo desta instituição das 08h00 às 17h00;

15.12 Foro. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Campinas/SP, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do fornecimento objeto desta licitação;

15.13 Anexos. Integram o presente Edital:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo de planilha de proposta;
- Anexo III – Modelos de Declarações;
- Anexo IV – Aplicação de Penalidades e Cobrança de Multas;
- Anexo V – Minuta do Termo de Contrato;
- Anexo VI - Dados Cadastrais da Proponente;
- Anexo VII - Termo de Ciência e de Notificação ao TCESP;
- Anexo VIII - Modelo de Ordem de Fornecimento.

Campinas, 28 de agosto de 2020

Dr. Mauro José Silva Aranha
Diretor Administrativo

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de Empresa para prestação de serviços de locação de lavadora ultrassônica com fornecimento de detergente enzimático para as unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar e com fornecimento todos os materiais de suporte e insumos nas condições, especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência incluindo instalação e manutenção preventiva e corretiva;

1.2. Estima-se para a presente contratação, a disponibilização dos seguintes quantitativos de insumos, incluindo cabos e demais acessórios descartáveis para permitir o funcionamento dos equipamentos:

| Item | Especificação | Unidade | Quantidade mensal | | | | Quantidade total | |
|------|--|---------|-------------------|--------|--------|-------|------------------|-----------|
| | | | HMMG | CHOV | PA's | SAMU | Mensal | Anual |
| 01 | Locação de lavadora ultrassônica de 20 (vinte) litros incluindo adaptador para canulados Código SIM 106631 Código BEC 209643 | Unidade | 01 | 01 | 0 | 0 | 02 | 24 |
| 02 | Locação de lavadora ultrassônica de 30 (trinta) litros incluindo adaptador para canulados Código SIM 107834 Código BEC 209643 | | 01 | 01 | 0 | 0 | 02 | 24 |
| 03 | Detergente enzimático 04 enzimas (litro diluído)* Código SIM 106201 Código BEC 5161738 | Litro | 50.000 | 50.000 | 20.000 | 5.000 | 125.000 | 1.500.000 |

*a Licitante deverá considerar o valor do litro diluído (em litro) e a Empresa deverá apresentar o valor da diluição e o mínimo de enzima.

1.3. A Licitante deverá disponibilizar equipamento novo, original e sem uso a ser comprovado por apresentação de nota fiscal no ato da entrega;

2. Especificação dos equipamentos

2.1. Lavadora (reprocessadora) ultrassônica para limpeza de instrumentais cirúrgicos canulados e não canulados;

2.1.1. Confeccionada em aço inox AISI 304 ou superior, com cantos arredondados, acabamento com polimento sanitário, cesto interno para acondicionamento dos materiais e tampa;

2.1.2. Sistema de enchimento automático de água;

- 2.1.3.** Cuba com capacidade entre 20 (vinte) e 35 (trinta e cinco) litros, dotada de ladrão para evitar transbordamento no caso de falha do sistema de controle de nível;
 - 2.1.4.** Frequência de trabalho aproximada 40 kHz (+/- 5%);
 - 2.1.5.** Potência ultrassônica mínima de 400 W;
 - 2.1.6.** Aquecimento por resistência de imersão ajustável em até 60º C;
 - 2.1.7.** Controlador lógico programável que possibilite o armazenamento de, pelo menos, 05 (cinco) ciclos configuráveis pelo usuário com temporizador digital ajustável;
 - 2.1.8.** Dotada de sistema automático de dosagem de detergente;
 - 2.1.9.** Capacidade para realizar drenagem automática ao final dos ciclos e manual para situações de falha do sistema e/ou falta de energia;
 - 2.1.10.** Sapatas de borracha niveladora antivibratória;
 - 2.1.11.** Baixo nível de ruídos;
 - 2.1.12.** Painel de comando a prova d'água;
 - 2.1.13.** Conexões para entrada de água filtrada e purificada em conformidade com a RDC 15;
 - 2.1.14.** Alimentação 220 Vac, 60 Hz
 - 2.1.15.** Apresentar Registro no Ministério da Saúde e catálogos que comprovem o atendimento as especificações técnicas mínimas;
- 2.2.** Acessórios Inclusos:
- 2.2.1.** Cesto confeccionado em aço inox para instrumentais de pequeno porte adaptador para materiais canulados, com bicos, mangueiras, tampas que possibilitem a lavagem de materiais de diferentes calibres;
- 2.3.** Descritivo do insumo:
- 2.3.1.** Detergente enzimático 04 enzimas:
 - 2.3.1.1.** Limpador multi enzimático à base de, no mínimo, 04 (quatro) enzimas sendo obrigatórias amilases, proteases e lipases, água purificada, estabilizante para limpeza de instrumental cirúrgico, endoscópios e videoscópios, para remoção de resíduos orgânicos, carga microbiana e biofilme. Atóxico, não corrosivo para material ótico e instrumentais cirúrgicos, biodegradável, com pH entre 6 e 8, indicados para limpeza manual e automática. Os detergentes enzimáticos não podem conter substâncias que comprometam a atividade das enzimas ou que danifiquem os materiais que entram em contato com estes produtos. Após finalizado o processo de limpeza, o material não deverá apresentar odor biológico. Não deverá ser irritante para pele e mucosas (do produto puro e diluído), não permitir a formação de espuma e ser de fácil enxágüe, sem resíduos. Deverá ser compatível com lavadoras automáticas, termodesinfectoras, lavagem manual e com apresentação em frascos de, no mínimo, 03 (três) litros e validade de, no mínimo, 12 (doze) meses na data da entrega;

2.3.1.2. O fornecedor do produto deverá apresentar:

- 2.3.1.2.1. Laudo das atividades enzimáticas e sua concentração;
- 2.3.1.2.2. Laudo de estabilidade das enzimas;
- 2.3.1.2.3. Laudo de pH do produto;
- 2.3.1.2.4. Amostra em 02 (dois) recipientes de, no mínimo, 01 (um) litro cada;
- 2.3.1.2.5. Rótulo em português deve constar no mínimo:
 - 2.3.1.2.5.1. Nome do produto;
 - 2.3.1.2.5.2. Modo de usar;
 - 2.3.1.2.5.3. Proporção de diluição manual e automatizada;
 - 2.3.1.2.5.4. Tempo de permanência do instrumental na solução após sua diluição quando sua limpeza for manual;
 - 2.3.1.2.5.5. Data de fabricação, validade e lote;
 - 2.3.1.2.5.6. Primeiros socorros.

2.3.2. O preço será o menor valor de 01 (um) litro do produto final já diluído;

3. PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O objeto da presente licitação vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite legal estabelecido pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

4. LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. Os serviços, objeto da presente licitação, serão prestados nas dependências da Contratante, podendo os quantitativos ser remanejados conforme necessidade da Contratante, desde que não ultrapasse os quantitativos totais previstos neste Termo de Referência;

4.1.1. Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi à Avenida Ruy Rodrigues, nº 3.434, Chácara São José, CEP 13060-646;

4.1.2. Pronto Atendimento Anchieta, Avenida Papa João Paulo II, nº 670, Vila Padre Anchieta, CEP 13068-219;

4.1.3. Pronto Atendimento Carlos Lourenço, Rua Durval Farias Sobrinho, s/nº, Jardim Carlos Lourenço, CEP 13096-620;

4.1.4. Pronto Atendimento Dr. Sérgio Arouca (Campo Grande), Rua Dirce de Oliveira Santos, nº 280, Alto Belém, CEP 13058-002;

4.1.5. Pronto Atendimento São José, Rua Bertholdo Fernandes de Castro, s/nº, Jardim das Bandeiras, CEP 13051-114;

4.1.6. Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, Avenida Prefeito Faria Lima, nº 340, Parque Itália, CEP 13036-902;

5. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços compreendem

5.1. Locação mensal de 04 (quatro) unidades de lavadora ultrassônica, sendo 02 (duas) de 30 (trinta) litros e 02 (duas) de 20 (vinte) litros, todas com adaptador para canulados.

5.1.1. Os equipamentos deverão ser entregues no Almoxarifado Central 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00 no Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, Avenida Prefeito Faria Lima, nº 340, Parque Itália, CEP 13036-902;

5.1.2. A instalação dos equipamentos deverá seguir os cronogramas determinados pelo setor de Engenharia Clínica do Hospital Municipal Mário Gatti;

5.1.3. Após a entrega de todos os equipamentos para Rede Mário Gatti, a Contratante irá verificar as exigências definidas neste Termo de Referência e, estando em conformidade, emitirá o Termo de Aceite Definitivo, que compreende a instalação, e treinamento da equipe para utilização dos equipamentos;

5.2. Fornecimento contínuo de insumos mediante emissão de Ordem de Fornecimento contida no Anexo VIII deste Edital incluindo entrega pela contratada nas dependências da Contratante de acordo com legislação vigente;

5.2.1. Os insumos e demais materiais deverão ser entregues na Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00 mediante Ordem de Fornecimento no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos acompanhados das respectivas Notas Fiscais e da cópia da respectiva Ordem de Fornecimento;

5.3. Assistência técnica / Manutenção

5.3.1. A manutenção preventiva deverá consistir em uma visita semestral para cada equipamento em dia útil e horário comercial exceto mediante autorização prévia da área de Engenharia Clínica do Hospital Municipal Mário Gatti e abranger minimamente os procedimentos recomendados pelo fabricante;

5.3.2. A Contratada deverá realizar anualmente - e manter vigente durante todo o período de locação - as qualificações de instalação, operação e desempenho para os equipamentos, enviando os relatórios para a Coordenadoria de Engenharia Clínica e afixando selos indicativos do prazo de validade da qualificação nos equipamentos;

5.3.3. A manutenção corretiva será solicitada via Central de Atendimento ou por *e-mail* com a notificação do problema ocorrido e terá um prazo máximo de 02 (duas) horas para resposta à notificação, por telefone ou *e-mail* e um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para reparo efetivo do equipamento - inclusive com troca de peças se for necessário - devendo sempre ser garantida a continuidade da prestação dos serviços, sem prejuízo qualitativo e quantitativo dos mesmos, incluindo sábados, domingos e feriados;

5.3.4. Para tanto a Licitante deverá manter um plantão técnico ininterrupto para atendimento às situações de emergência e disponibilizar através de etiqueta afixada em local visível, um número de telefone (plantão ininterrupto) e um *e-mail* para realização dos chamados técnicos;

5.3.5. Na impossibilidade do reparo ser realizado dentro do prazo máximo estipulado, a Contratada deverá realizar a substituição dos equipamentos defeituosos;

5.3.5.1. Nessa hipótese, os equipamentos substitutos deverão possuir a mesma capacidade e especificações dos que forem substituídos bem como atender às necessidades dos serviços para os quais se destinam mantidas as demais condições estabelecidas na Contratação;

5.3.6. Caso a substituição não ocorra no prazo e o Hospital Municipal Dr. Mário Gatti fique impossibilitado de utilizar o equipamento, serão descontados na nota os valores correspondentes ao período em que o equipamento permaneceu inoperante, sujeitando ainda a Contratada à penalidades previstas em Contrato;

5.3.7. Havendo necessidade de remoção dos equipamentos do local para a realização de procedimentos de manutenção, os custos decorrentes da desinstalação, transporte e re-instalação do equipamento são de total responsabilidade da Contratada;

5.3.8. Deverão ser entregues manuais originais de operação em português;

5.3.9. A Contratada deverá garantir o treinamento a todas as equipes que o utilizarão podendo ser repetido até 03 (três) vezes durante o Contrato seguindo a solicitação da Contratante;

5.4. A Empresa deverá oferecer:

5.4.1. Cópia do Certificado de Registro do Produto com a publicação no Diário Oficial da União ou cópia da solicitação de revalidação;

5.4.2. Cópia da Autorização de Funcionamento junto a ANVISA ou Alvará Sanitário Municipal em vigência;

5.4.3. Caso o fornecedor seja varejista deverá apresentar os documentos citados, referente à Empresa fabricante;

5.4.4. É obrigatório indicar a marca do produto cotado, laboratório fabricante, embalagem e o volume da mesma, descrito em “ml”;

5.4.5. Durante a validade do produto, se for constatada qualquer alteração na sua qualidade ou composição do produto, o adjudicado se compromete a trocá-lo sem ônus à Instituição devendo especificar, quando necessário, as condições adequadas de armazenamento a serem observadas pela Instituição;

5.4.6. Os produtos cotados deverão conter em rótulo as informações exigidas atendendo à legislação sanitária que se aplique aos mesmos;

5.4.7. Serão desclassificadas as propostas que contenham marcas as quais já foram utilizadas nesta Instituição no atual exercício e tenham sido objeto de rescisão contratual por problemas na qualidade do produto;

5.4.8. Poderá ser entregue por Ordem de Fornecimento um máximo de 03 (três) lotes devidamente relacionados na Nota Fiscal;

- 5.4.9. O produto não poderá produzir espuma;
- 5.4.10. Apresentar Ficha técnica;
- 5.4.11. A Empresa deverá apresentar o valor por litro do produto final diluído;

6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 6.1. O prazo de instalação/entrega dos equipamentos e treinamento deverá ocorrer no período máximo de 20 (vinte) dias corridos contados a partir da data de assinatura de Contrato;
- 6.2. O prazo para o término do treinamento deverá ser de no máximo 30 (trinta) dias após a entrega dos equipamentos;
- 6.3. Os serviços serão executados de forma ininterrupta com os profissionais e instrumentos da Empresa Contratada inclusive com o fornecimento de todos os insumos necessários para realização dos serviços;
- 6.4. A Contratada deverá prover, para cada equipamento, um conjunto de acessórios e insumos (mangueiras) necessários para a pronta e correta utilização dos equipamentos durante a instalação até que seu uso esteja pronto para a utilização da equipe treinada;
- 6.5. Caso seja necessário novo procedimento de qualificação durante o período de locação, a mesma deverá ser realizada pela Contratada sem qualquer ônus para o Contratante;

7. FATURAMENTO

- 7.1. Os serviços de locação serão faturados mensalmente após o envio do Termo de Aceite Definitivo que compreende a instalação, e treinamento da equipe para utilização dos equipamentos;
- 7.2. Os insumos serão faturados proporcionalmente após o envio da Ordem de Fornecimento e aceite do recebimento da mercadoria;

8. FATORES DE ACEITE DOS SERVIÇOS

- 8.1. A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Contrato;

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

- 9.1. Atender 100% (cem por cento) da demanda do serviço contratado de forma ininterrupta;

- 9.2.** Iniciar no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços o respectivo serviço;
- 9.3.** Fornecer manuais originais de operação do equipamento, em português;
- 9.4.** Responsabilizar-se integralmente pelo serviço Contratado nos termos da legislação vigente;
- 9.5.** Capacitar tecnicamente a equipe indicada pela Contratante para manipular os equipamentos e *softwares* disponibilizados;
- 9.6.** Zelar pela qualidade dos materiais;
- 9.7.** Executar o serviço de tal forma que não interfira no bom andamento da rotina de funcionamento da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar;
- 9.8.** Ter capacidade técnica adequada para atender a demanda da Rede Mário Gatti inclusive com o fornecimento de todos os insumos necessários para realização dos serviços;
- 9.9.** Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas sob pena de sanções;
- 9.10.** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades Contratadas sem prévia autorização da Contratante;
- 9.11.** Atender de imediato às solicitações da Contratante quanto às substituições de equipamentos inadequados para a prestação dos serviços em virtude de defeitos, mau funcionamento e outros vícios que impeçam sua utilização com segurança, eficiência e eficácia;
- 9.12.** Indicar preposto para acompanhar a execução do Contrato, aferir os serviços, bem como tomar decisões compatíveis com o objeto contratado o qual deverá responder junto à fiscalização do Contratante;
- 9.12.1.** Não será exigida a permanência do preposto nas dependências da Contratante;
- 9.13.** Responsabilizar-se pelos serviços de substituição e suas respectivas despesas de troca e de eventuais manutenções corretivas e preventivas;
- 9.14.** Fornecer informações e comprovação acerca da procedência dos instrumentos sempre que requisitadas;
- 9.15.** Permitir, a qualquer momento, o Gestor do contrato de realizar inspeção dos instrumentos, com a finalidade de verificar as condições de funcionamento, conservação, manutenção e segurança;

9.16. Disponibilizar contatos de fácil acesso (telefone, *e-mail*, central/serviço de atendimento ao cliente ou outros) para acionamento em caso de necessidade;

9.17. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados nos termos do artigo 69 da Lei Federal 8666/93;

9.18. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou à terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Órgão interessado nos termos do artigo 70 da Lei Federal 8666/93;

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante obriga-se a:

10.1. Fiscalizar a execução do serviço em conformidade com a Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações;

10.2. Promover o acompanhamento e fiscalização do serviço sob os aspectos quantitativos e qualitativos comunicando à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a sua execução;

10.3. Indicar o Gestor e/ou o Fiscal para acompanhamento da execução contratual;

10.4. Relacionar-se com a Contratada através de pessoa por ela credenciada (preposto);

10.5. Emitir a Ordem de Início dos Serviços com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de início da execução dos mesmos;

10.6. Efetuar os pagamentos na forma estabelecida no respectivo Termo de Contrato;

10.7. Comunicar à Contratada qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas neste Termo de Referência e no respectivo Termo de Contrato determinando as medidas necessárias à sua imediata regularização;

10.8. Rejeitar o serviço que não satisfaça às especificações ou expectativas do Contrato sendo que as despesas decorrentes desta não aceitação correrão integralmente por conta da Contratada;

10.9. Aplicar, por atraso ou inexecução parcial ou total do serviço, as sanções administrativas previstas no Termo de Contrato;

10.10. Permitir o acesso de funcionários da Contratada aos locais de execução dos serviços, mediante agendamento prévio com o Gestor do Contrato;

10.11. Esclarecer dúvidas e orientar a Contratada em relação ao serviço a ser prestado;

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. A Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar designará funcionário para atuar como Gestor do Contrato com a função de fazer toda a comunicação formal com a Contratada, ser responsável pela emissão de Notas de Empenho e Ordens de Serviço, controlar a execução do Contrato, proceder, regularmente, a competente fiscalização dos serviços a fim de comprovar o fiel e correto cumprimento da execução contratual e dar encaminhamento às notas fiscais quando do recebimento dos serviços;

11.2. O Gestor do Contrato poderá se corresponder com a Empresa com relação aos aspectos técnicos do serviço, de forma a garantir agilidade na execução contratual;

11.3. Considerando a necessidade de agilização dos procedimentos, a tramitação/comunicação do(s) documento(s) a ser (em) encaminhado(s) à(s) Contratada poderá ser feitos através de via digital (e-mail);

11.4. Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso verificar e exigir a perfeita execução do contrato em todos os termos e condições;

11.5. A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades nos serviços, inclusive resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem qualificação e/ou habilitação necessária, não implicando co-responsabilidade da Contratante;

11.6. A Contratante possui amplo poder de fiscalização tendo autoridade para paralisar ou interditar, total ou parcialmente, a realização dos serviços, caso haja situação iminente de risco aos usuários;

12. MEDIÇÃO E APURAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Relatórios com demonstrativo de quantidades de equipamentos disponibilizados com eventuais fatos relevantes ou ocorrências do período medido, devidamente assinados, que deverá conter tipo de equipamento, marca, comprovação de eventuais manutenções, condições de funcionamento dos equipamentos sob a responsabilidade da Contratada;

13. CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

13.1. A Contratada deverá apresentar até o 5º dia útil do mês subsequente a fatura de prestação dos serviços correspondente a quantidade de equipamentos locados no mês anterior, com seu descritivo e quantitativo;

13.2. No primeiro e último mês de Contrato, o valor da fatura referente à locação deverá ser proporcional à quantidade de dias do mês de início da execução e do mês de término dos serviços tendo como base de cálculo o valor mensal do serviço dividido por 30 (trinta) dias e multiplicado pelo número de dias dos meses em questão para cada instrumento locado;

13.3. A fatura deverá conter a identificação do número do protocolo administrativo, períodos e/ou mês de referência da execução dos serviços, além dos dados da Contratada;

13.4. Deverá constar na nota fiscal do insumo o preço de 01 (um) litro do produto final já diluído, conforme ofertado no certame;

13.5. A nota fiscal não aprovada será devolvida para a Empresa Contratada para as necessárias correções com as informações que motivaram sua rejeição;

13.6. A devolução da fatura não aprovada pelo Contratante, em hipótese nenhuma, servirá de pretexto para que a Empresa Contratada suspenda a execução dos serviços;

13.7. Após o aceite definitivo pelo Gestor do Contrato, a nota fiscal será encaminhada para pagamento com vencimento no prazo de 10 (dez) dias fora a dezena, contados da data do aceite;

13.8. Nos termos do art. 73, inciso II, alíneas 'a' e 'b' da lei nº8.666/93, o objeto desta Contratação, serão recebidos da seguinte forma:

13.8.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação;

13.8.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação;

14. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

14.1. Os preços deverão ser apresentados considerando-se todos os custos operacionais de sua atividade, incluindo os tributos que eventualmente possam incidir sobre eles, bem como as demais despesas diretas e indiretas, sendo considerado como critério de julgamento o menor valor total global;

14.2. A Empresa licitante vencedora deverá fornecer amostras do item 03 constante no Anexo I – Termo de Referência no prazo máximo de 03 (três) dias úteis e quantidades suficientes para que sejam realizados os devidos testes;

14.2.1. As amostras deverão vir na embalagem padrão de comercialização, identificadas com o número da licitação e nome do fornecedor de forma a não violar a embalagem original e não obstruir a visibilidade do produto;

14.2.2. Devem vir acompanhadas de número de registro do produto na ANVISA; rótulo de acordo com a legislação vigente, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, razão social e endereço do fabricante e importador, nome do responsável técnico, conter instruções de uso em português, condições especiais de armazenamento, quando couber, advertências e precauções, prazo de validade e método de esterilização;

14.2.3. O local de entrega das amostras deverá ser feito no 1º andar do Complexo Administrativo da Rede Mário Gatti localizado na Avenida Amoreiras, nº 233, das 08h00 às 16h00hs;

14.2.4. Caso solicitado pela Contratante é obrigatório o envio de até 03 (três) unidades de amostra dos insumos cotados para avaliação;

15. PROPOSTA COMERCIAL

15.1. A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via digitada, datada, rubricada e assinada, sem rasuras, entrelinhas, com designação do número desta licitação, conforme modelo do Anexo II e conter, além de outras informações de livre disposição, o seguinte:

15.1.1. Preço unitário, valor mensal e valor anual total com, no máximo, 04 (quatro) casas decimais após a vírgula e valor global;

15.1.2. Declaração de que possui um plano de contingência de segurança quando ultrapassar o prazo máximo de horas entre o reparo até a resolução do problema vez que a rotina não pode ser descontinuada devendo a mesma providenciar o conserto e/ou reposição de peças e/ou máquinas se necessário bem como o ônus da realização dos exames em outro serviço, caso não se consiga efetivar o reparo em tempo hábil;

15.1.3. Indicação da marca/fabricante/modelo para cada item cotado, se houver, sendo que só será aceita 01 (uma) única marca, modelo e fabricante para cada item;

15.1.4. Catálogo legível em português para equipamento cotado ou descrições emitidas pelo fabricante que contenham informações técnicas do equipamento ofertado que servirá de subsídio ao julgamento e recebimento do mesmo;

15.2. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais de sua atividade;

15.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título;

15.4. O valor de transporte, entrega e devolução, manutenções preventivas e corretivas, bem como o treinamento da equipe do Hospital Municipal Mário Gatti e demais despesas deverão estar inclusos no preço unitário da locação;

15.5. Ao apresentar a proposta, fica subentendido que a empresa proponente aceita:

15.5.1. A validade da proposta será de 90 (noventa) dias;

15.5.2. O pagamento será realizado na condição de 10 (dez) dias fora a dezena, após o aceite definitivo e respectiva nota fiscal/fatura;

15.6. Não poderá participar desta licitação, Empresa temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto ao Hospital Municipal Dr. Mário Gatti – HMMG;

15.7. Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do Art. 97 da Lei Federal no. 8.666/93 e suas alterações;

15.8. É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais participem, seja a que título for servidor público Municipal de Campinas/SP;

15.9. Não será permitida a participação nesta licitação de Empresas em consórcio;

15.10. Não poderá participar da licitação Empresa com falência decretada ou concordatária;

15.11. Não será admitida subcontratação dos serviços objeto deste Termo de Referência;

16. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

16.1. À licitante será solicitada a seguinte documentação relativa à qualificação técnica:

16.1.1. No mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a aptidão da licitante para o desempenho satisfatório do objeto deste Edital;

17. ESCLARECIMENTOS

17.1. Esclarecimentos poderão ser obtidos junto à área de Licitações da Rede Mário Gatti pelo e-mail planejamento@hmmg.sp.gov.br ou no telefone (19) 3772-5723 com o senhor Pablo Mansano.

ANEXO II - MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

A proposta comercial deverá ser apresentada conforme modelo do quadro a seguir:

| Item | Especificação | Quantidade total mensal (1) | Quantidade total anual (2) | Valor unitário (A) | Valor total | |
|---|---|-----------------------------|----------------------------|--------------------|------------------|-----------------|
| | | | | | Mensal (1) x (A) | Anual (2) x (A) |
| 01 | Locação de lavadora ultrassônica de 20 (vinte) litros incluindo adaptador para canulados Código SIM 106631 Código BEC 209643 | 02 | | | | |
| 02 | Locação de lavadora ultrassônica de 30 (trinta) litros incluindo adaptador para canulados Código SIM 107834 Código BEC 209643 | 02 | | | | |
| Valor global (soma do valor anual total dos itens 01 e 02) | | | R\$ | | | |

| Item | Especificação | Quantidade total | | Valor do galão (B) | Qtde. (em ml) do galão ou frasco (C) | Qtde. necessária (em ml) para preparar 01 litro de solução diluída (D) | Valor | |
|------|---|------------------|-------------------|--------------------|--------------------------------------|--|---|-------------------------|
| | | Mensal (1) | Anual diluída (A) | | | | Unitário do litro diluído (E) = (B/C) x D | Anual total (F) = D x A |
| 03* | Detergente enzimático 04 enzimas (litro diluído) Código SIM 106201 Código BEC 5161738 | 125.000 | 1.500.000 | 200 | 5.000 | 03 | 0,12 | 180.000 |

*O valor unitário do item 03 é o valor do insumo dividido pelo "ml" total da embalagem, multiplicado pelo rendimento de ml/litro.

| | |
|---------------------------------------|-----|
| Valor total mensal dos itens 1, 2 e 3 | R\$ |
| Valor anual (valor mensal x 12) | R\$ |

As tabelas acima contêm valores e quantitativos meramente ilustrativos e têm a finalidade de orientação para o preenchimento correto da proposta comercial.

Exemplo:

- Valor do galão (B) = R\$ 200,00
- Quantidade no galão (C) = 5.000 ml
- Diluição recomendada por litro (D) = 03 ml
- Valor do litro diluído (E = B/C x D) = (200/5.000) x 3 = R\$ 0,12
- Valor total (F = D x A) = R\$ 0,12 x 1.500.000 = R\$ 180.000
- Validade da proposta: 90 (noventa) dias;
- O presente Contrato é válido pelo prazo de 12 (doze) meses;

ANEXO III - MODELOS DE DECLARAÇÕES
(em papel timbrado da licitante)

Nome completo: _____

RG nº: _____ CPF nº: _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____ (*nome empresarial*),
interessado em participar do Pregão Eletrônico nº __/__, Processo nº __/__:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do subitem 2.2 deste Edital.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO
MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**
(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº __/__, Processo nº __/__, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO
PORTE**

(em papel timbrado da licitante)

**ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM
ME/EPP, NOS TERMOS DO SUBITEM 4.1.4.3. DO EDITAL.**

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV - APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E COBRANÇA DE MULTAS

- 1.** A desistência da proposta após a fase de habilitação caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ensejando o cancelamento e a cobrança pela Rede Mário Gatti, por via administrativa ou judicial, de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total consignado quando da adjudicação;
- 2.** Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devida e formalmente justificado-comprovados, ao não cumprimento, por parte da Empresa das obrigações assumidas ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:
 - 2.1.** Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a Empresa concorrida diretamente;
 - 2.2.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo de outras sanções previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na hipótese de recusa injustificada pela licitante vencedora em aceitar ou receber as solicitações de fornecimento;
 - 2.3.** Multa de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso na retirada da Ordem de Fornecimento, até o quinto dia corrido do atraso, após o que, a critério desta Rede Mário Gatti, poderá ser promovida a rescisão unilateral do Contrato, com aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor total da referida;
 - 2.4.** Suspensão temporária do direito de participar em licitações junto à Administração Pública e impedimento em contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;
 - 2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que haja a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, concedido somente após ressarcimento dos prejuízos causados à Administração depois de decorrido o prazo da sanção;
 - 2.6.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato em caso de descumprimento do Edital;
 - 2.7.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato em caso de cobrança via negociação das duplicatas em rede bancária ou com outras Empresas, sem prejuízo de eventual cobrança por danos morais se o nome da Rede Mário Gatti for remetido ao cartório de protestos;
- 3.** A multa prevista nesta cláusula 2 e seus subitens têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, sua aplicação não exige a licitante da reparação de eventuais perdas e danos que seu ato punível venha a acarretar à Rede Mário Gatti;
- 4.** Em se verificando a ocorrência de prejuízo a Rede Mário Gatti decorrente de ato punível praticado pela licitante será retido pela tesouraria o valor referente ao total do prejuízo sofrido junto aos créditos da mesma;
- 5.** A retenção de valor se dará a título de ressarcimento de prejuízo sofrido não caracterizando penalidade e não exige a licitante de aplicação de sanção administrativa pelo ato punível;
- 6.** Por descumprimento de cláusulas editalícias ou pela inexecução total ou parcial do Contrato, a licitante poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta (Art. 86 e 87 da Lei 8.666/93 e Art. 7º da Lei 10.520/02);

ANEXO V – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato de prestação de serviços celebrado entre a Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar e a Empresa _____

Processo Administrativo nº HMMG.2020.00000123-20

Interessado: Rede Mário Gatti

A **Rede Mário Gatti**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.018.676/0001-76, com sede a Avenida Prefeito Faria Lima, nº. 340, Parque Itália, CEP: 13.036-902, Campinas, Estado de São Paulo, doravante designado simplesmente **Contratante**, neste ato, nos termos do art. 4º do Decreto Municipal 14.217/03, e a **Empresa** _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante designada simplesmente **Contratada**, neste ato representada por seu _____ (cargo e nome), CI nº _____, CPF nº _____, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento a contratação de Empresa para prestação de serviços de locação de lavadora ultrassônica para as unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar com fornecimento de detergente enzimático, materiais de suporte e insumos incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva de acordo com as especificações constantes no processo licitatório decorrente do **Pregão Eletrônico nº 68/2020**, objeto do processo administrativo epigrafado, com as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA - DO OBJETO E PRAZO DE VIGÊNCIA

1.1. Contratação de Empresa para prestação de serviços de locação de lavadora ultrassônica para as unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar com fornecimento de detergente enzimático, materiais de suporte e insumos incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva conforme especificações definidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O objeto da presente licitação vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite legal estabelecido pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 Cabe à Contratada a fiel observância aos termos de execução constantes no Anexo I deste Edital bem como demais condições e exigências presentes no Termo de Referência, no Edital e seus anexos, partes indissociáveis deste instrumento.

TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO E REAJUSTE

3.1. Pela Prestação dos serviços, objeto do presente Contrato, a Contratada fará jus ao no valor total de R\$ _____ (_____).

3.2. Caso haja prévia manifestação da Contratada em tempo hábil, o reajuste se dará pelo índice **IPCA**;

3.2.1. A exigência de reajuste se dará pela manifestação da Contratada e caberá somente a esta tal requerimento e, não havendo, a Contratante considerará mantidos os valores informados no subitem 3.1 deste instrumento contratual;

3.3. No valor do Contrato estão incluídos todos os custos operacionais da atividade e os tributos eventualmente incidentes, bem como todas as despesas diretas, indiretas de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços.

QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A despesa referente ao valor do presente Contrato está previamente empenhada e processada por conta de verba própria do orçamento vigente, codificada sob os nº *3.3.90.39.00.00.00.00 0001.310000 e 3.90.30.00.00.00.00 0001.310000*.

QUINTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. Os serviços de locação serão faturados mensalmente após o envio do Termo de Aceite Definitivo que compreende a instalação e treinamento da equipe para utilização dos equipamentos;

5.2. Os insumos serão faturados proporcionalmente após o envio da Ordem de Fornecimento e aceite do recebimento da mercadoria;

5.3. A Contratada deverá apresentar até o 5º dia útil do mês subsequente a fatura de prestação dos serviços correspondente a quantidade de equipamentos locados no mês anterior, com seu descritivo e quantitativo;

5.4. No primeiro e último mês de Contrato, o valor da fatura referente à locação deverá ser proporcional à quantidade de dias do mês de início da execução e do mês de término dos serviços tendo como base de cálculo o valor mensal do serviço dividido por 30 (trinta) dias e multiplicado pelo número de dias dos meses em questão para cada instrumento locado;

5.5. A fatura deverá conter a identificação do número do protocolo administrativo, períodos e/ou mês de referência da execução dos serviços, além dos dados da Contratada;

- 5.6.** Deverá constar na nota fiscal do insumo o preço de 01 (um) litro do produto final já diluído, conforme ofertado no certame;
- 5.7.** A nota fiscal não aprovada será devolvida para a Empresa Contratada para as necessárias correções com as informações que motivaram sua rejeição;
- 5.8.** A devolução da fatura não aprovada pelo Contratante, em hipótese nenhuma, servirá de pretexto para que a Empresa Contratada suspenda a execução dos serviços;
- 5.9.** Após o aceite definitivo pelo Gestor do Contrato, a nota fiscal será encaminhada para pagamento com vencimento no prazo de 10 (dez) dias fora a dezena, contados da data do aceite;
- 5.10.** Nos termos do art. 73, inciso II, alíneas 'a' e 'b' da lei nº8.666/93, o objeto desta Contratação, serão recebidos da seguinte forma:
- 5.10.1. Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação;
- 5.10.2. Definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação;
- 5.11.** A condição de pagamento será via depósito em conta corrente, devendo ser informado no corpo da Nota Fiscal, o banco, número da agência e conta. Caso o banco informado seja outro diverso ao Banco do Brasil S/A, o custo do DOC/TED correspondente ficará a cargo da empresa Contratada, sendo vedada à cobrança via boleto, duplicatas e negociação em rede bancária ou com outras Empresas.

SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

- 6.1.** A Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar designará funcionário para atuar como Gestor do Contrato com a função de fazer toda a comunicação formal com a Contratada, ser responsável pela emissão de Notas de Empenho e Ordens de Serviço, controlar a execução do Contrato, proceder, regularmente, a competente fiscalização dos serviços a fim de comprovar o fiel e correto cumprimento da execução contratual e dar encaminhamento às notas fiscais quando do recebimento dos serviços;
- 6.2.** O Gestor do Contrato poderá se corresponder com a Empresa com relação aos aspectos técnicos do serviço, de forma a garantir agilidade na execução contratual;
- 6.3.** Considerando a necessidade de agilização dos procedimentos, a tramitação/comunicação do(s) documento(s) a ser (em) encaminhado(s) à(s) Contratada poderá ser feitos através de via digital (*e-mail*);

6.4. Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso verificar e exigir a perfeita execução do contrato em todos os termos e condições;

6.5. A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades nos serviços, inclusive resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem qualificação e/ou habilitação necessária, não implicando co-responsabilidade da Contratante;

6.6. A Contratante possui amplo poder de fiscalização tendo autoridade para paralisar ou interditar, total ou parcialmente, a realização dos serviços, caso haja situação iminente de risco aos usuários;

SETIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. O prazo de instalação/entrega dos equipamentos e treinamento deverá ocorrer no período máximo de 20 (vinte) dias corridos contados a partir da data de assinatura de Contrato;

7.2. O prazo para o término do treinamento deverá ser de no máximo 30 (trinta) dias após a entrega dos equipamentos;

7.3. Os serviços serão executados de forma ininterrupta com os profissionais e instrumentos da Empresa Contratada inclusive com o fornecimento de todos os insumos necessários para realização dos serviços;

7.4. A Contratada deverá prover, para cada equipamento, um conjunto de acessórios e insumos (mangueiras) necessários para a pronta e correta utilização dos equipamentos durante a instalação até que seu uso esteja pronto para a utilização da equipe treinada;

7.5. Caso seja necessário novo procedimento de qualificação durante o período de locação, a mesma deverá ser realizada pela Contratada sem qualquer ônus para o Contratante;

7.6. Atender 100% (cem por cento) da demanda do serviço contratado de forma ininterrupta;

7.7. Iniciar no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços o respectivo serviço;

7.8. Fornecer manuais originais de operação do equipamento, em português;

7.9. Responsabilizar-se integralmente pelo serviço Contratado nos termos da legislação vigente;

- 7.10.** Capacitar tecnicamente a equipe indicada pela Contratante para manipular os equipamentos e *softwares* disponibilizados;
- 7.11.** Zelar pela qualidade dos materiais;
- 7.12.** Executar o serviço de tal forma que não interfira no bom andamento da rotina de funcionamento da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar;
- 7.13.** Ter capacidade técnica adequada para atender a demanda da Rede Mário Gatti inclusive com o fornecimento de todos os insumos necessários para realização dos serviços;
- 7.14.** Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas sob pena de sanções;
- 7.15.** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades Contratadas sem prévia autorização da Contratante;
- 7.16.** Atender de imediato às solicitações da Contratante quanto às substituições de equipamentos inadequados para a prestação dos serviços em virtude de defeitos, mau funcionamento e outros vícios que impeçam sua utilização com segurança, eficiência e eficácia;
- 7.17.** Indicar preposto para acompanhar a execução do Contrato, aferir os serviços, bem como tomar decisões compatíveis com o objeto contratado o qual deverá responder junto à fiscalização do Contratante;
- 1.17.1.** Não será exigida a permanência do preposto nas dependências da Contratante;
- 7.18.** Responsabilizar-se pelos serviços de substituição e suas respectivas despesas de troca e de eventuais manutenções corretivas e preventivas;
- 7.19.** Fornecer informações e comprovação acerca da procedência dos instrumentos sempre que requisitadas;
- 7.20.** Permitir, a qualquer momento, o Gestor do contrato de realizar inspeção dos instrumentos, com a finalidade de verificar as condições de funcionamento, conservação, manutenção e segurança;
- 7.21.** Disponibilizar contatos de fácil acesso (telefone, e-mail, central/serviço de atendimento ao cliente ou outros) para acionamento em caso de necessidade;
- 7.22.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados nos termos do artigo 69 da Lei Federal 8666/93;

7.23. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou à terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Órgão interessado nos termos do artigo 70 da Lei Federal 8666/93;

7.24. Caso o problema ou defeito não seja corrigido, a Contratada terá prazo de 48 (quarenta e oito) horas para substituir o equipamento defeituoso por outro novo com características similares, sem nenhum ônus para a Instituição.

7.25. A cada visita técnica será necessária a emissão de relatório técnico e assinatura do responsável pela liberação da máquina, tanto nas manutenções preventivas quanto corretivas.

7.26. Indicar um funcionário que estará dedicado a atender às solicitações relativas a esta Contratação, doravante denominado preposto, atuando como interlocutor do Contrato junto à Rede Mário Gatti participando, sempre que solicitado, de reuniões de acompanhamento dos

7.27. Indicar preposto para acompanhar a execução do Contrato, aferir os serviços, bem como tomar decisões compatíveis com o objeto contratado, o qual deverá responder junto à fiscalização do Contratante;

7.28. A manutenção preventiva deverá consistir em uma visita semestral para cada equipamento em dia útil e horário comercial exceto mediante autorização prévia da área de Engenharia Clínica do Hospital Municipal Mário Gatti e abranger minimamente os procedimentos recomendados pelo fabricante;

7.29. A Contratada deverá realizar anualmente - e manter vigente durante todo o período de locação - as qualificações de instalação, operação e desempenho para os equipamentos, enviando os relatórios para a Coordenadoria de Engenharia Clínica e afixando selos indicativos do prazo de validade da qualificação nos equipamentos;

7.30. A manutenção corretiva será solicitada via Central de Atendimento ou por e-mail com a notificação do problema ocorrido e terá um prazo máximo de 02 (duas) horas para resposta à notificação, por telefone ou e-mail e um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para reparo efetivo do equipamento - inclusive com troca de peças se for necessário - devendo sempre ser garantida a continuidade da prestação dos serviços, sem prejuízo qualitativo e quantitativo dos mesmos, incluindo sábados domingos e feriados;

7.31. Para tanto a Licitante deverá manter um plantão técnico ininterrupto para atendimento às situações de emergência e disponibilizar através de etiqueta afixada em local visível, um número de telefone (plantão ininterrupto) e um e-mail para realização dos chamados técnicos;

7.32. Na impossibilidade do reparo ser realizado dentro do prazo máximo estipulado, a Contratada deverá realizar a substituição dos equipamentos defeituosos;

7.33. Nessa hipótese, os equipamentos substitutos deverão possuir a mesma capacidade e especificações dos que forem substituídos bem como atender às necessidades dos serviços para os quais se destinam mantidas as demais condições estabelecidas na Contratação;

7.34. Caso a substituição não ocorra no prazo e o Hospital Municipal Dr. Mário Gatti fique impossibilitado de utilizar o equipamento, serão descontados na nota os valores correspondentes ao período em que o equipamento permaneceu inoperante, sujeitando ainda a Contratada à penalidades previstas em Contrato;

7.35. Havendo necessidade de remoção dos equipamentos do local para a realização de procedimentos de manutenção, os custos decorrentes da desinstalação, transporte e re-instalação do equipamento são de total responsabilidade da Contratada;

7.36. Deverão ser entregues manuais originais de operação em português;

7.37. A Contratada deverá garantir o treinamento a todas as equipes que o utilizarão podendo ser repetido até 03 (três) vezes durante o Contrato seguindo a solicitação da Contratante;

7.38. Durante a validade do produto, se for constatada qualquer alteração na sua qualidade ou composição do produto, o adjudicado se compromete a trocá-lo sem ônus à Instituição devendo especificar, quando necessário, as condições adequadas de armazenamento a serem observadas pela Instituição;

OITAVA - OBRIGACOES DO CONTRATANTE

8.1. Fiscalizar a execução do serviço em conformidade com a Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações;

8.2. Promover o acompanhamento e fiscalização do serviço sob os aspectos quantitativos e qualitativos comunicando à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a sua execução;

8.3. Indicar o Gestor e/ou o Fiscal para acompanhamento da execução contratual;

8.4. Relacionar-se com a Contratada através de pessoa por ela credenciada (preposto);

8.5. Emitir a Ordem de Início dos Serviços com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de início da execução dos mesmos;

8.6. Efetuar os pagamentos na forma estabelecida no respectivo Termo de Contrato;

8.7. Comunicar à Contratada qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas neste Termo de Referência e no respectivo Termo de Contrato determinando as medidas necessárias à sua imediata regularização;

- 8.8.** Rejeitar o serviço que não satisfaça às especificações ou expectativas do Contrato sendo que as despesas decorrentes desta não aceitação correrão integralmente por conta da Contratada;
- 8.9.** Aplicar, por atraso ou inexecução parcial ou total do serviço, as sanções administrativas previstas no Termo de Contrato;
- 8.10.** Permitir o acesso de funcionários da Contratada aos locais de execução dos serviços, mediante agendamento prévio com o Gestor do Contrato;
- 8.11.** Esclarecer dúvidas e orientar a Contratada em relação ao serviço a ser prestado;

NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - Em caso de inexecução parcial ou total do contrato, por parte da Contratada, das obrigações assumidas, ou de infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, após regular processo administrativo, as seguintes penalidades:

- 9.1.1.** Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrida diretamente;
- 9.1.2.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo de outras sanções previstas no artigo 87 da Lei 0066/93, na hipótese de recusa injustificada pela licitante vencedora em aceitar ou receber as solicitações de fornecimento;
- 9.1.3.** Multa de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso na retirada da Ordem de Serviço, até o quinto dia corrido do atraso, após o que, a critério desta Autarquia, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato, com aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;
- 9.1.4.** Suspensão temporária do direito de participar em licitações junto à Administração Pública e impedimento em contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- 9.1.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que haja a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, concedido somente após ressarcimento dos prejuízos causados à Administração após decorrido o prazo da sanção.
- 9.1.6.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato em caso de descumprimento do edital/contrato.
- 9.1.7.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato em caso de cobrança via negociação das duplicatas em rede bancária ou com outras empresas, sem prejuízo de eventual cobrança por danos morais se o nome do hospital for remetido ao cartório de protestos.

9.2. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime à Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Contratante.

9.3. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.4. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado e comprovado cujo efeito não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

9.5. Em se verificando a ocorrência de prejuízo a Rede Mário Gatti decorrente de ato punível praticado pela Contratada será retido pela Tesouraria o valor referente ao total do prejuízo sofrido junto aos créditos da mesma.

9.6. A retenção de valor se dará a título de ressarcimento de prejuízo sofrido, não caracterizando penalidade, e não exime a Contratada de aplicação de sanção administrativa pelo ato punível.

DÉCIMA - GARANTIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL

10.1. Para firmar o Contrato, a Empresa Contratada prestará garantia de adimplemento contratual de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias da assinatura do Contrato;

10.2. A garantia de que trata o subitem anterior poderá consistir em:

10.2.1. Caução em dinheiro ou cheque administrativo ou títulos da dívida pública;

10.2.2. Seguro-garantia, com prazo compatível com o da vigência do Contrato ou;

10.2.3. Fiança bancária, com prazo compatível com o da vigência do Contrato;

10.3. Após o término do Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia de que trata o item 13 do Edital será liberada e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do requerimento do interessado, por intermédio do serviço de Protocolo, dirigido ao Diretor-Presidente da Rede Mário Gatti que deverá se manifestar quanto à execução contratual e encaminhar à Diretoria Jurídica.

10.3.1. A liberação se dará mediante autorização do Diretor Presidente da Rede Mário Gatti, após parecer da Diretoria Jurídica;

DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PARTES INTEGRANTES E DA VINCULAÇÃO

- 11.1.** Integram o presente Contrato, como se aqui estivessem transcritos: a proposta da Contratada, o instrumento convocatório da licitação com todos os seus anexos do processo administrativo epigrafado.
- 11.2.** O presente Contrato vincula-se ao ato homologatório da licitação e à proposta da Contratada de fls. ____.
- 11.3.** Não será permitida a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto do contrato.

DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO, APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E COBRANÇA DE MULTAS

- 12.1.** A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias e exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 12.1.1.** O Contratante poderá exigir durante a execução do contrato a apresentação de qualquer um dos documentos exigidos para habilitação da Contratada.
- 12.2.** Sem prejuízo da observação das regras de direito comum para cobrança judicial ou amigável e em especial o rito estabelecido na Lei Federal 6.830/80, a aplicação das penalidades e cobrança de eventuais multas observarão o rito estabelecido nas alíneas seguintes:
- 12.2.1.** A ocorrência de falta de pouca gravidade sujeitará a Contratada à pena de advertência por escrito e anotação nos registros da Rede Mário Gatti.
- 12.2.2.** O processo de aplicação de penalidade e cobrança de multas previstas neste edital será iniciado através de notícia nos autos e endereçado à Diretoria Administrativa, com sugestão da penalidade a ser aplicada, bem como da indicação de valores que a Rede Mário Gatti tenha despendido a maior, para efeito de atendimento à necessidade do suprimento.
- 12.2.3.** A Diretoria Administrativa determinará a extração de cópias dos elementos informativos do protocolado, que entenda necessários ao aparelhamento do feito de cobrança e remeterá à Área de Contabilidade, que por simples cálculo aritmético, indicará o valor da multa a ser aplicado somado ao valor despendido a maior, nos termos da alínea anterior.

12.2.4. Apurado o valor devido e autorizada a penalidade, nos termos do edital e na impossibilidade de retenção dos valores em créditos da Contratada junto a Rede Mário Gatti a Assessoria Jurídica providenciará a feitura de processo de cobrança, autuando as peças e publicando a decisão no Diário Oficial do Município, que conterà a ordem para recolhimento do valor devido junto à Tesouraria da Rede Mário Gatti, ocasião em que será aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a Contratada, querendo, apresente sua defesa (art. 87, § 2º da Lei 8.666/93), em petição fundamentada endereçada ao Sr. Diretor Administrativo, com indicação do número do protocolado e do procedimento licitatório respectivo, condição de recebimento.

12.2.5. Transcorrido o prazo para defesa sem a sua apresentação ou tendo esta sido indeferida, verificado que não houve o pagamento, será iniciada a inscrição e posterior cobrança do valor devido, atualizado monetariamente de acordo com os índices legais, acrescido de juros e verba advocatícia na ordem de 10% (dez por cento).

12.2.6. O valor apurado pela área de Contabilidade presume liquidez e certeza do crédito e será inscrito em livro próprio por termo, junto à Procuradoria Jurídica da Rede Mário Gatti, extraíndo-se Certidão de Dívida Ativa, observando, no que couber o disposto nos artigos 2º e ss. da Lei Federal 6.830/80.

DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

13.1. No recebimento e aceitação do objeto deste Contrato será observado, no que couber, as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. Constituem motivos para rescisão do presente Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a qual será processada nos termos do art. 79 do mesmo diploma legal.

14.2. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados ao Contratante os direitos elencados no artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas deste contrato. E por estarem justas e Contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

ANEXO VI - DADOS CADASTRAIS DA PROPONENTE

Pregão Eletrônico nº 68/2020

Processo nº HMMG.2020.00000123-20

Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços de locação de lavadora ultrassônica para as unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar com fornecimento de detergente enzimático, materiais de suporte e insumos incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva conforme especificações definidas neste Edital e seus anexos.

Razão Social: _____
C.N.P.J nº _____ Inscr. Estadual nº _____
Inscr. Municipal (se houver): _____
Endereço _____ nº _____ Bairro _____
Cidade _____ Estado _____ CEP _____
Telefone: (XX) _____ Celular: (XX) _____

Dados para emissão do Contrato e empenho:

Razão Social: _____
C.N.P.J nº _____ Inscr. Estadual nº _____
Inscr. Municipal (se houver): _____
Endereço _____ nº _____ Bairro _____
Cidade _____ Estado _____ CEP _____
Telefone: (XX) _____ Celular: (XX) _____
e-mail: _____

e-mail para envio do Contrato para assinatura:

e-mail: _____

Responsável pela assinatura do Contrato:

Nome: _____
CPF nº _____ RG. nº _____
Cargo: _____
Telefone: (XX) _____ Celular: (XX) _____
e-mail: _____

Obs1: Juntar cópia autenticada da procuração do assinante caso o mesmo seja diverso do representante habilitado na sessão de abertura.

Obs2: O contrato deverá ser devolvido pessoalmente e/ou postado via SEDEX no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Responsável pela gestão do Contrato:

Nome: _____
CPF nº _____ RG. nº _____
Cargo: _____
Telefone: (XX) _____ Celular: (XX) _____
e-mail: _____

Responsável da Empresa:

Nome: _____
CPF nº _____ RG. nº _____
Cargo: _____
Telefone: (XX) _____ Celular: (XX) _____
e-mail: _____

Dados bancários da Empresa para créditos em conta:

Nome: _____
CPF nº _____ RG. nº _____
Cargo: _____
Telefone: (XX) _____ Celular: (XX) _____
e-mail: _____

Obs1: O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) via crédito em conta corrente.

Obs2: Caso o banco informado seja diverso do Banco do Brasil, o crédito será encaminhado via DOC/TED, ficando o custo do mesmo a cargo da Contratada.

Obs3: É expressamente VEDADA negociação do título em rede bancária e/ou terceiros.

ANEXO VII - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO AO TCESP

Processo Administrativo nº HMMG.2020.00000123-20

Modalidade: Pregão Eletrônico

Interessado: Central de Abastecimento Farmacêutico

Contratante: Rede Mário Gatti

Contratada:

Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços de locação de lavadora ultrassônica para as unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar com fornecimento de detergente enzimático, materiais de suporte e insumos incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva conforme especificações definidas neste Edital e seus anexos.

Termo de Contrato nº ____/____

Advogado (s) nº OAB* _____

Pelo presente **termo**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos cientes de que:

1.1. O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

1.2. Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, despachos e decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

1.3. Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

1.4. Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por notificados para:

2.1. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e conseqüente publicação;

2.2. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Campinas, _____ de _____ de 2.020.

Gestor do Órgão/Entidade:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

e-mail institucional _____

e-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo Contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

e-mail institucional _____

e-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Pela Contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

e-mail institucional _____

e-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Advogado: (*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Campinas, ____ de _____ 2020.

ANEXO VIII – MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Pregão Eletrônico nº 68/2020

Processo nº HMMG.2020.00000123-20

Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços de locação de lavadora ultrassônica para as unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar com fornecimento de detergente enzimático, materiais de suporte e insumos incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva conforme especificações definidas neste Edital e seus anexos.

Interessado: Rede Mário Gatti

Codificação Orçamentária:

Direitos e obrigações: conforme Edital do **Pregão Eletrônico nº 68/2020**, nos termos da Lei 8.666/93.

Ordem de Fornecimento nº _____/_____

Fornecedor: _____

O Fornecedor acima qualificado fica autorizado a fornecer:

| Item | Descrição | Apresentação | Código BEC | Valor unitário |
|------|---|--------------|------------|----------------|
| 03 | Detergente enzimático 04 enzimas (litro diluído)* Código SIM 106201 | Litro | 5161738 | |

*a Licitante deverá considerar o valor do litro diluído (em litro) e a Empresa deverá apresentar o valor da diluição e o mínimo de enzima.

Prazo de entrega: _____ (____) dias úteis contado do recebimento da presente Ordem de Fornecimento.

Valor total da Ordem de Fornecimento nº _____ R\$ _____

Nota de Empenho nº _____

Pagamento: Conforme Edital

Campinas, ____ de _____ de 2020

Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF

Diretoria Administrativa